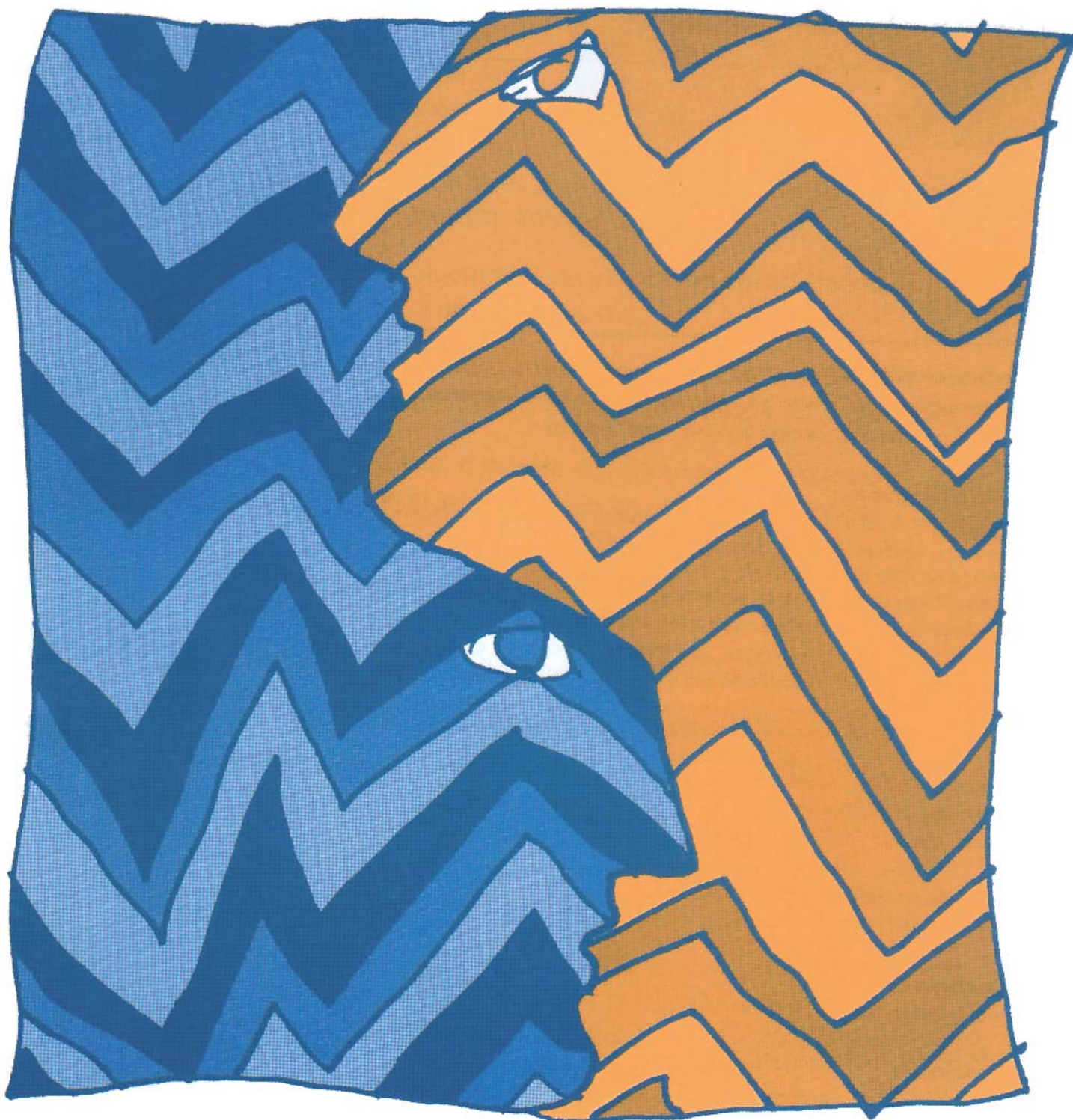


COMERCIO E GÊNERO: **○ ALCA** **E OUTRAS ALTERNATIVAS** **DE INTEGRAÇÃO AMERICANA**



REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMERCIO
CAPÍTULO LATINOAMERICANO

Dados de catalogação bibliográfica:

Rede Internacional de Gênero e Comercio. Capítulo Latinoamericano
Comercio e gênero: o Alca e outras alternativas de intergração americana
RIGC, Buenos Aires, 2003.

Matérias: Comercio Internacional

Gênero

Integração Latinoamericana

Desenvolvimento Sustentável

Formato: 210 x 297 mm. 28 Páginas

Coordenação editorial:

Rede Internacional de Gênero e Comercio. Capítulo Latinoamericano.

Área de capacitação: Norma Sanchís, coordenadora.

Fontes Bibliográficas:

Fascículos Nº 1, 2 e 3 da Série "Comercio Internacional e Equidade de Gênero", de Alma Espino e Paola Azar. Unifem / RIGC, Montevideo, 2002.

Artigos "Nuevos desafíos en escenarios globales", de Norma Sanchís, e "El Área de Libre Comercio de las Américas y la amenaza para los programas sociales, la sostenibilidad del medio ambiente y la justicia social en las Américas", de Maude Barlow, no livro "El Alca en Debate. Una perspectiva desde las Mujeres", compilado por Norma Sanchís. Biblos, Buenos Aires, 2001. "Pequeña Historia del Trabajo (ilustrada)", de Augusto Bianco. Editorial Contrapunto, Buenos Aires, 1988.

"Pequeña Historia del Trabajo" (ilustrada), de Augusto Bianco. Editorial Contrapunto, Buenos Aires, 1988.

"El neoliberalismo y sus estrategias. El Plan Puebla-Panamá. Una herramienta para talleres".

Coordinadoras Regionales de Chiapas de la sociedad civil en resistencia. San Cristobal de las Casas, Chiapas, México, 2002.

Procesamento didático e comunicacional:

Phd Ana Inés Heras, David Burin / Trama – comunicación, capacitación e investigación.

Ilustrações e Infografías:

Guatavo Damiani, David Burin.

Fotografías:

Silvia Corral (pág. 4, encima); Unidad de comunicación social y RRPP de la Aduana Nacional de Bolivia (pág. 4, embaixo); Bränhage – Agencia Zefa (pág. 4, central); TM-Foto (pág. 5, central); www.mesoamericaresiste.org (pág. 5, embaixo esquerda); Alejandra Kotin (pág. 5, embaixo derecha); Eduardo Rey (pág. 19, embaixo).

1

ALCA: ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO... A QUEM BENEFICIA?

PARA COMEÇAR...

Nesta cartilha apresentamos alguns dados, reflexões e atividades. Este material foi feito para difundir idéias que nos parecem importantes.

Mas também para que vocês, por sua vez, possam conversá-las com outras pessoas e possam realizar atividades que lhes permitam difundir esta informação. Por isso:



- Incluímos definições sobre as alternativas de integração nas Américas e outros conceitos que ajudam a compreender a questão.



- Selecionamos testemunhos e experiências concretas de mulheres e homens afetados/as pelos processos de integração econômica.

• Propomos perguntas para que, na medida em que sejam lidas, possam relacionar esses conceitos com idéias e experiências que vocês já tenham passado;



- Oferecemos idéias para realizar exercícios e atividades com grupos interessados no tema.

Neste caderno tentaremos responder as seguintes perguntas:

Para que se negocia a Área de
Livre Comércio das Américas (ALCA)?

Assim como vai sendo ao momento, a quem beneficia?
como vai afetar a ALCA no dia a dia e nas relações
entre homens e mulheres em América Latina?

Que alternativas existem e podem continuar se gerando
para realizar uma integração justa y sustentável no tempo,
que permita o desenvolvimento econômico e social para todo o mundo?

Para começar, ouçamos um testemunho... Se desejar, você pode compartilhar sua leitura em voz alta com um grupo de trabalho, já que entre várias pessoas é possível gerar perguntas e idéias novas.

○ CASO DE **MARÍA JOSÉ**...

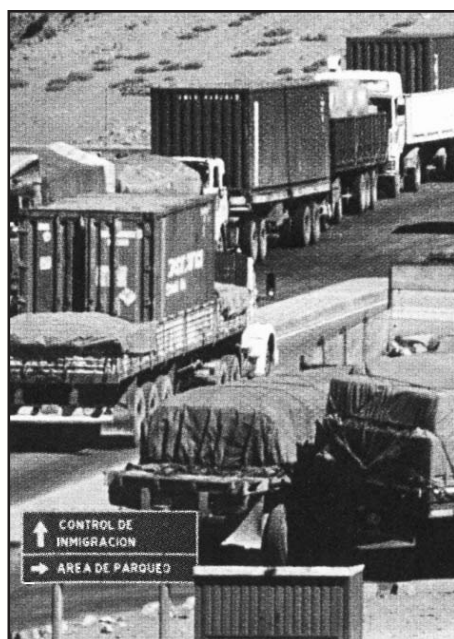
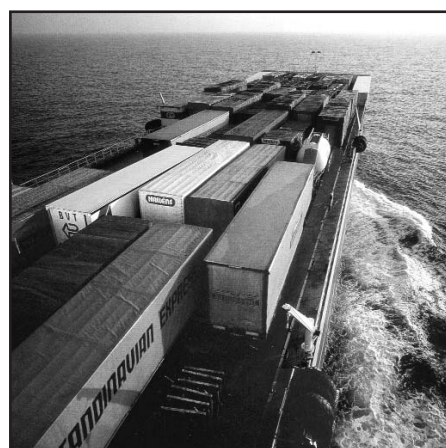


"Eu sou produtora rural. Com minha família arrumamos uma empresa pequena para cultivar framboesas, morangos e outras frutas desse tipo. O assunto foi crescendo passo a passo. São produtos artesanais muito especiais. A gente quis exportar aos Estados Unidos, mas nos pediram que pagássemos técnicos de lá para que controlassem se nossos produtos cumpriam com as normas que eles pedem. Agora ficamos sabendo que além disso temos que competir com produtos que vêm de outros países da região e que entram ao nosso, sem pagar taxas pelos acordos que se assinaram. Cada vez fica mais difícil".



Os acordos aos que Maria José está se referindo, são os convênios assinados pelos países de uma região que regulam a circulação de produtos entre eles.

Empresários ou comunidades que trabalham num mesmo setor podem ter sido beneficiados o prejudicados por estes convênios, conforme o país em que estejam localizados ou a escala em que eles trabalham. No caso de Maria José, ela se vê prejudicada pelos produtores dos outros países que cultivam uma quantidade grande de terra a custos menores e com mais tecnologia (invernadoras automatizadas, irrigação por aspersão, etc.).



Logo da devaluación de janeiro de 2002, mudou o fluxo comercial na fronteira entre Argentina e Bolívia. Em La Quiaca, do lado argentino, em seis meses criaram-se máis de 500 comércios novos.

Ao mesmo tempo, em cada país existem setores que se beneficiam e outros que se prejudicam. Por exemplo, o Mercosul não afeta de igual modo a indústria brasileira ou argentina de auto-partes que a indústria alimentícia ou a indústria plástica. É freqüente que com um único convênio e no mesmo país, um setor ganhe e outro perca.

Por outro lado, estas situações também não são estáveis. Se a moeda de um país se desvalorizar, ou se um país não pagar a dívida e suas empresas não conseguirem crédito, a situação de todos os países sócios se modifica.

Se essas condições não são levadas em conta, os acordos comerciais podem gerar conflitos e, ao invés de alcançar seus objetivos de desenvolvimento e de integração econômica, podem acabar gerando desocupação, migrações, pobreza e uma maior desigualdade.

● CENÁRIO DAS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO

Os Acordos de Integração não aparecem magicamente. São consequência de uma série de mudanças nas políticas comerciais de diferentes países e blocos de países. E eles também têm a ver com fatos recentes.



FATOS RECENTES

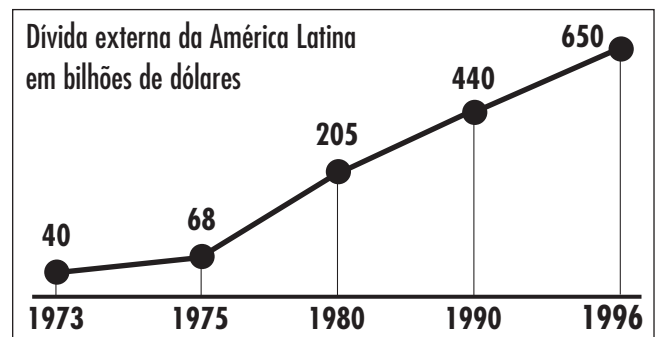
Nas últimas décadas, aumentou o comércio mundial. O avanço tecnológico no transporte e nas comunicações faz com que seja mais fácil conseguir informações além de comprar e vender de um país para o outro.



Os preços das matérias primas desceram, e a tecnologia encareceu, aumentando cada vez mais a distância entre países.

Dois exemplos da evolução dos preços relativos			
Ano	1959	1982	2002
Um caminhão	6 t. de juta	26 tn	80 tn.
Um trator	24 t. de açúcar	115 tn	230 tn.

Os países da América Latina se endividaram.



O livre fluxo de mercadorias e de dinheiro, colocou problemas novos e desafios para todos os países.



A tecnologia que expulsa mão-de-obra, a dívida que limita o dinheiro disponível para ajuda social, e o fechamento das fábricas pela livre importação, geraram miséria.



PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A idéia de procurar novas formas de se associar a outros países começou a ser considerada como uma alternativa para o desenvolvimento. Os primeiros passos nessa direção ocorreram nas décadas de 50 e 60. Naquele momento, crescia a demanda de importações enquanto as exportações aumentavam.

Isso obrigou os países a contrair dívidas para pagar suas compras no exterior.

Não era possível crescer muito mais ao fabricar localmente as coisas que se importavam, pois para muitos produtos um mercado de um único país não justificava o investimento em equipes e máquinas. Porém, com mercados ampliados para vários países, compensaria produzir na região. A criação do Mercado Comum Europeu nos anos 50 funcionou como exemplo pelos rápidos avanços obtidos.

O processo tem sido difícil, e já se tentaram várias fórmulas. Ao longo dos anos 80 e 90 se multiplicaram na região iniciativas de todo tipo com a finalidade de desenvolver maiores vínculos econômicos. É importante conhecer as formas mais comuns de integração. Vamos ver primeiro uma listagem das possibilidades, desde as mais simples às complexas... e logo, na página seguinte, continuaremos com as diferentes formas em que têm se integrado diferentes grupos de países latino-americanos.



ACORDOS POSSÍVEIS DE INTEGRAÇÃO COMERCIAL E ECONÔMICA

- **Área de Comércio Preferencial:** Acordo pelo qual dois ou mais países se comprometem a reduzir tarifas ou taxas que encarecem o ingresso aos mercados locais de certos produtos.
- **Área de livre comércio:** Acordo entre países que se comprometem a eliminar todas as barreiras tarifárias (taxas alfandegárias) e não tarifárias (restrições técnicas) para o comércio entre eles.
- **União Aduaneira:** Além de eliminar as barreiras ao comércio entre sócios, os países fazem um acordo onde estabelecem uma política comercial comum com o resto do mundo e estratégias de negociação conjuntas. Implica fixar uma tarifa que todos os países da União cobrarão aos produtos do resto do mundo.



- **Mercado Comum:** Inclui a União Aduaneira além da livre circulação de pessoas e capitais.
- **União Econômica:** Neste caso os países formam um Mercado Comum e se comprometem a completar uma unificação total de suas políticas monetárias e fiscais. Além disso, se estabelece uma autoridade central supranacional para exercer o controle sobre os membros, nos pontos do acordo.



- Mercado Comum Centro Americano - 1958
- Comunidade Andina de Nações - 1969
- Mercosul - 1991
- Associação de Estados do Caribe - 1994

Em 1960 a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) fdeu início a uma das primeiras experiências de integração. Participaram Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Para cada país o acordo tinha um sentido diferente. Nas economias menores, a Associação percebia-se como forma de gerar uma troca eqüitativa e complementar, mas o ingresso de produtos industriais da Argentina, Brasil e México impossibilitou sua implementação. Países pequenos aumentavam seus déficits comerciais e outros como Brasil ou Argentina, seus superávites. As indústrias nacionais orientadas ao mercado interno de cada país posicionaram-se contra a entrada de produtos de países com os quais deviam competir. As verdadeiras interessadas na integração eram as empresas transnacionais que operavam em vários países, e que procuravam tirar proveito no curto prazo.

Dentro da ALALC criou-se em 1969 o Grupo sub-regional Andino a partir de um movimento de resistência por parte da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, ocorrido quando os outros países pressionaram para a formação de um Mercado Comum.

Em 1980 assinava-se um novo tratado, e a ALALC transforma-se na ALADI: Associação Latino-Americana de Integração, limitando-se a formalizar uma área de comércio preferencial na região.

Além da ALALC, a ALADI, o MCCA, a CAN, o Mercosul y a AEC, existiram outros acordos como o da "Cuenca del Plata", o Grupo do Rio, a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Cooperação Amazônica, o Sistema Econômico Latino Americano (SELA) e o Grupo dos 3 (México, Colômbia e Venezuela). Também foram assinados acordos bilaterais (Mercosul - Estados Unidos, Mercosul - Chile; Mercosul - Bolívia; Chile - Canadá, Argentina - México, Costa Rica - Canadá), e vários entre diferentes grupos de países com a União Européia e o TLCAN.

Vemos que existe portanto uma longa história prévia de acordos e tratados entre os países latino-americanos. Alguns não funcionaram, outros apenas funcionaram parcialmente. Por exemplo, a área de comércio preferencial surgida a partir da ALADI foi avançando até alcançar com suas normas 80% do comércio dentro da região. Esses são os antecedentes a partir dos quais surge a ALCA. Porém, antes de analisar este novo acordo, propomos uma atividade:



ANTECEDENTES DA ALCA: O PASSADO ANTECIPA O FUTURO

Em primeiro lugar, você pode ler as páginas 12 a 18 do manual N°3 da série "Comércio internacional e equidade de gênero", onde está relatada a história de todos os tratados realizados entre os países das Américas. Em caso de dispor de um computador, você também pode entrar na página web <http://www.iadb/intal> e percorrer aí num quadro. Logo propomos reflexionar sobre as seguintes perguntas:

- *Quais são os principais problemas que aparecem quando se quer concretizar um acordo de integração comercial?*
- *Como se podem resolver as desigualdades que são acentuadas quando se assinam acordos comerciais entre países com maior desenvolvimento industrial e aqueles com menor desenvolvimento?*
- *O que pode acontecer quando o acordo incluir os Estados Unidos, o país de maior desenvolvimento mundial?*



2

Crescimento ou desenvolvimento? A ALCA: O que é, como começou e o que propõe.

¿ QUEM SÃO OS PARTICIPANTES DA **ALCA** E O QUE REPRESENTAM EM ESCALA MUNDIAL?

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é um passo a ser dado para aprofundar a liberalização do comércio entre as Américas num futuro próximo.

Foi lançado no 1994 durante a Primeira Cume de Chefes de Estado em Miami (EE.UU), para 34 países da América do Norte, Central, do Sul e o Caribe (exceto Cuba).



AS AMÉRICAS COMO BLOCO ECONÔMICO

População:

765 milhões de habitantes = 14% da população mundial.

Superfície:

39.797.000 de km = 29.8% da superfície mundial

Produção:

PIB per capita: 12.990 US\$ = 36% do Produto Bruto de todos os países do mundo.



Comércio: a ALCA controlaria 22% do fluxo mundial de comércio.

ASIMETRÍAS DENTRO DEL BLOQUE



500 milhões de dólares.

O PIB de cada pequena nação do Caribe é menos de 500 milhões de dólares.

O PNB dos Estados Unidos é aproximadamente de

8.2 billones de dólares

O PNB dos Estados Unidos, México e Canadá (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, TLCA) é 10 vezes maior que o do MERCOSUL.



MERCOSUL = 1

Para estes dados, considera-se o PNB = Produto Interno Bruto mais a remuneração aos fatores produtivos no exterior.

Como se pode notar, as diferenças entre os países que integrariam a ALCA são muito grandes: há países muito pobres e outros muito ricos. Como veremos adiante, a ALCA propõe promover a prosperidade e erradicar a pobreza, partindo porém da idéia de que somente com crescimento econômico e livre comércio pode-se alcançar um desenvolvimento justo e sustentável. Entretanto, os dados da história recente nos mostram outros aspectos contrastantes.



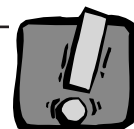
Diego Fernandes, filiado ao sindicato de trabalhadores rurais diz

Se observarmos o que dizem os jornais, teremos a impressão de que estamos bem: se aumenta o preço do óleo ou do trigo, tenta-se mostrar que o campo ganha com o aumento. Mas... quem é "o campo"? Antes, na época de colheita, se juntavam trabalhadores de todos os lados e se repartiam os ganhos. Nos últimos anos apareceram os grandes capitais, inclusive de outros países, que alugam muitos campos, trazem suas grandes máquinas de fora, seus técnicos, até mesmo combustível e comida. Não compram nada da região, nem o pão. Além disso, esgotam a terra e destroem os caminhos com máquinas pesadas.



¿CRESCIMENTO É IGUAL A DESENVOLVIMENTO?

Com um gravador de jornalista, ou com um caderno e uma caneta, procure obter com vizinhos ou colegas, histórias de vida que mostrem como se eliminaram postos de trabalho em empresas ou setores que não podem competir com produtos vindos de outros países.



O mercado mundial, por si só, não distribui os recursos nem desenvolve as melhores possibilidades para cada país.

Em compensação, o crescimento, o bem-estar econômico e social e a preservação do meio ambiente devem ser desenvolvidos, promovidos, sustentados no tempo e apoiados por políticas e ações coerentes com esses objetivos.

Para compreender melhor do que trata a ALCA e que conseqüências pode ter, vamos ver primeiro os antecedentes recentes e o andamento atual das negociações do tratado.

ANTECEDENTES RECENTES

Nas páginas 6 e 7 vimos que a partir da década de 60 foram sendo realizados acordos e sendo estabelecidas normas para regulamentar as relações econômicas na América Latina e que a partir de 1980 foram propostos acordos de integração com a Europa e a América do Norte, objetivando reduzir as barreiras ao livre intercâmbio.

Assim, o cenário da integração regional americana vem sendo estruturado há muito tempo, antecipando este novo projeto: a ALCA. Até agora a maioria dos acordos foram entre menos países associados, entre países com economias mais simétricas, e eram ainda acordos mais limitados. O objetivo da ALCA é aprofundar a livre circulação de produtos



Chumy Chumez

e dinheiro através de uma abertura indiscriminada e desregulamentada. Um acordo tão ambicioso e de alcance tão amplo, pode ter conseqüências muito negativas para grande parte dos países latino-americanos.

Para entender estas conseqüências e as formas de evitá-las é importante conhecer o Plano de Ação da ALCA, suas características gerais, seus objetivos e a forma em que os acordos são discutidos e negociados.

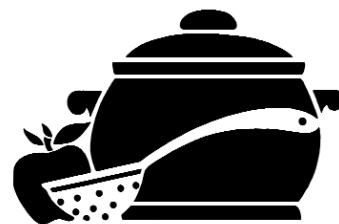
● PLANO DE AÇÃO PARA COLOCAR EM PRÁTICA A ALCA

A ALCA tem como objetivo estabelecer um mercado único para todo o continente. Os princípios do acordo são muito gerais. Trata-se de quatro idéias conhecidas como "**Plano de Ação**":

1. Preservar e fortalecer os regimes democráticos nas Américas.
2. Promover a prosperidade através da integração econômica e do livre comércio.
3. Erradicar a pobreza e a discriminação de nosso hemisfério.
4. Garantir o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Estes são os princípios que têm-se difundido. Mas uma análise mais detalhada do que realmente vai envolver o acordo nos coloca frente a aspectos que não aparecem à primeira vista.

Para compreender o que é o que realmente está sendo cozinhado, é importante conhecer os ingredientes e os passos que estão se dando para preparar esse "cozido".



Porém o processo que começou em 1994, só estabeleceu a forma como seria negociada a integração quatro anos depois...



COMO SE NEGOCIA A ALCA

Na Segunda Cúpula das Américas, que ocorreu em Santiago do Chile, em 1998, formou-se um Comitê de Negociações Comerciais (CNC) com um representante de cada país, para conduzir os trabalhos gerais.

Formaram-se depois vários grupos de trabalho. Cada grupo trabalha com uma das nove dimensões que, segundo o tratado, há de considerar para conseguir a integração:

- | | |
|---|--|
| 1. Comércio de bens (acesso ao mercado de outros países); | 6. Agricultura; |
| 2. Comércio de serviços; | 7. Subsídios; |
| 3. Investimentos; | 8. Obrigações anti-dumping; |
| 4. Direitos de propriedade intelectual; | 9. Direitos compensatórios, políticas de competência e solução de controvérsias. |
| 5. Compras governamentais; | |

O que segue é uma síntese de como corre atualmente a negociação em alguns desses aspectos*.

1. Comércio de Bens

Objetivos:

- Se irão eliminando barreiras tarifárias.
- Se irão eliminando outras medidas equivalentes que restringem hoje o comércio entre os países participantes.
- Os bens importados vindos de qualquer país membro do acordo serão tratados "não menos favoravelmente" que os bens nacionais (princípio de Nação Mái Favorecida).
- As barreiras técnicas não devem impedir o comércio.

2. Comércio de Serviços

Objetivos

- Liberalizar progressivamente o comércio de serviços, de maneira que se chegue a um área hemisférica de livre comércio, com certeza e transparência.
- Cobertura universal de todos os tipos de serviços.
- Os governos deverão modificar leis e regulamentações nacionais que limitem o livre acesso aos mercados de serviços.

Outros pontos de acordo:

- as inversões de qualquer país do acordo serão tratadas como si fossem de empresas locais. Ou seja que nenhum país pode regular a favor de fornecedores nacionais de serviços
- a informação deve ser transparente: todos os empresários do hemisferio devem ter a mesma chance de conhecer as oportunidades de negócios por igual.



Esses acordos dão enormes vantagens às empresas de serviços transnacionais. Por exemplo, nenhum governo poderá oferecer subsídios ou créditos máis favoráveis a fornecedores nacionais de saúde educação, serviços municipais ou cultura. Por isso, a ALCA é muito máis do que um tratado comercial: ela vai a impôr normas sobre a prestação de serviços públicos que afetarão todos os aspetos da vida cotidiana.

3. Inversões

Objetivos:

- "Estabelecer um marco jurídico transparente e justo que promova a inversão criando um ambiente estável e previsível que proteja ao inversionista, sua inversão e os fluxos relacionados, sem criar obstáculos às inversões provenientes de fora do Hemisfério".
- Na mesma forma em que acontece com os serviços, essas disposições sobre inversões darão novos poderes às empresas do continente para questionar todos os regulamentos e as atividades dos governos nacionais. Já se avançou em temas que interessam às grandes empresas do Norte:
- tratamento de Nação Mái Favorecida (todos os países da ALCA deverão ter iguais possibilidades e oportunidades).
 - indenização por perdas. Um investidor pode pedir indenização financeira por lucros e negócios que se percam se o governo de outro país do tratado estabelece leis ou regulamentos (inclusive leis ambientais), que possam restringir sua atividade.



- eliminar requisitos de desempenho. Há países que regulam os setores e atividades que podem ou não investir o capital estrangeiro, ou que impõem cotas de capital que devem reter no Banco Central do país para evitar a especulação financeira. Estes requisitos servem para que os investimentos se direcionem a objetivos econômicos. Ao limitar ou eliminar o direito de um país a regular (ou controlar) os investimentos estrangeiros, impõe a livre circulação dos capitais e reduz a capacidade dos Estados de conduzir as políticas públicas de maneira soberana e de acordo com os interesses nacionais.

* Em todos os casos, a informação oferecida vem do texto dos relatórios elevados pelos grupos que levam adiante as negociações nas diferentes áreas.

4. Direitos de propriedade intelectual

- A negociação se dirige a reconhecer os direitos, sobre tudo, produzidos pela mente humana: artesanato, músicas, livros, invenções científicas. Isto permite obter certificados de "propriedade" que outorgam ao titular um poder exclusivo de uso e de reclamo de receita se for permitido o uso por terceiros. As patentes sobre medicamentos são um exemplo disso.
- A partir de 1º de janeiro de 2000, todos os países da ALCA estariam sujeitos às regras do acordo sobre Comércio e Direitos de Propriedade Intelectual (TRIMS) da Organização Mundial de Comércio (OMC). O principal conflito será quanto aos direitos de propriedade intelectual dos recursos naturais dos povos. Com estas medidas, as corporações adquirem o direito de patentear produtos que são considerados de propriedade comum das comunidades locais, como por exemplo plantas ou sementes.



5. Compras do setor público

Objetivo:

- Ampliar o acesso das empresas às compras do setor público dos países da ALCA. Para isso, propõe gerar "um marco normativo que assegure a abertura e a transparência nos procedimentos das compras do setor público" e um "exame imparcial e justo para a resolução das reivindicações e apelações relativas às compras do setor público". A ALCA obrigará a abertura de todos os contratos, serviços e bens governamentais à licitações nas quais poderão participar as empresas de todos os países do acordo, que devem receber o mesmo tratamento concedido às empresas nacionais. O governo comprador só poderá exigir requisitos técnicos de qualidade ao produto final que necessita comprar.

Dessa maneira, se eliminam os sistemas de "compre nacional" ou "compre local" que permitem aos governos dinamizar a economia, gerar emprego, estimular às pequenas e médias empresas.

6. Agricultura

A agricultura é um dos problemas centrais já que todos os países têm produção, e a segurança alimentária dos povos pode ver-se afetada se mudam os regulamentos comerciais. Este tema tornou-se muito complexo. Os apontamentos das negociações que podem ser lidos estão cheios de desacordos.

Libertar o comércio agrícola e os investimentos nesse setor beneficiará os agricultores maiores e só as grandes empresas poderão sobreviver. Por tanto, sérios problemas econômicos e sociais podem ser causados, como uma enorme emigração das áreas rurais em direção às cidades.

Por outro lado, as grandes corporações pressionam pela venda de terrenos agrícolas para serem transformados em plantações florestais, o que gera menos emprego e a perda de capital agrícola.

Essa vinheta está incluída numa cartilha contra o Plan Puebla Panamá e foi distribuída no Chiapas, México.

Essa árvore traz muito prejuízo; além do mais absorve muita água.

Deixa a terra muito pobre, já que cresce muito rápido e chupa dela todos os nutrientes. Depois não serve nem para pastagem



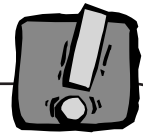
O Eucalito é uma árvore da Austrália que cresce muito rápido e é por isso que é a preferida das companhias de papel e papelão. Têm variedades que chegam a ter medidas comerciais aos 7 anos.



ANALISANDO AS CONSEQUÊNCIAS DA ALCA

Nas figuras das páginas anteriores incluímos situações absurdas, mas que podem tornar-se realidade perfeitamente, caso a ALCA se inicie. Propomos, junto ao seu grupo, ler as duas páginas anteriores e pensar em outras situações conflituosas que possam ser geradas se a ALCA se formalizar. Se possível, utilizem o humor. Logo depois, enviem os desenhos com os diálogos a seu contato local da Rede Internacional de Gênero e Comércio. A idéia é publicar um livro com todos os desenhos e idéias...

● QUE NÃO ESTÁ INCLuíDO NA ALCA



A ALCA **não diz nada sobre eliminar as desigualdades que existem entre os sócios do projeto...**

As enormes diferenças que separam os países latinoamericanos dos de América del Norte unicamente se tomariam em conta através de instrumentos comerciais, como algumas exceções ou maiores prazos para cumprir com alguns pontos do tratado, **mas não se mencionam programas de desenvolvimento económico e social.**

Estas desigualdades não são só económicas, mas também sociais, culturais e militares.

Não preocupam somente as desigualdades entre os países; também a forma na qual o acordo afetará o modo particular de alguns grupos sociais dentro de todo o hemisfério, como a dos trabalhadores ou das comunidades aborígenes. Por exemplo, mesmo que tenha sido proposta a inclusão dos direitos trabalhistas e padrões ambientais, estes nunca se firmarão.

Dessa maneira, as transformações na produção que se darão em consequência da ALCA terão efeitos negativos sobre as condições de trabalho dos trabalhadores pouco qualificados do Sul, pressupondo além, um aumento do desemprego na região.

As negociações estão em processo e de tanto em tanto se geram reuniões como a realizada em Quito, em novembro do 2002 para analisar os avanços. O prazo para terminar as negociações se estenderá até o ano 2005.

Agora que sabemos um pouco mais sobre os detalhes dos acordos e os temas que estão sendo discutidos, revisaremos as características gerais e os objetivos implícitos na ALCA.

CARACTERÍSTICAS GERAIS: A ALCA, UMA CÓPIA DO TLCAN

A ALCA tem as mesmas características gerais que o Tratado de Livre Comércio da América do Norte entre México, Estados Unidos e Canadá (também chamado de TLCAN, ou NAFTA). Pode-se pensar então que a ALCA é o desejo da América do Norte de estender e expandir o TLCAN, um tratado que claramente outorga vantagens comerciais e de outros tipos à América do Norte sobre os outros países. A idéia é estender o alcance do livre comércio a novos setores sobre a base das recentes disposições da Organização Mundial de Comércio (OMC).



ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL
DO COMÉRCIO



A OMC é um organismo intergovernamental de alcance mundial. Foi criada para orientar o processo de liberalização econômica, promovendo que os países adotem um sistema multilateral de comércio.

Seus objetivos são:

- reduzir as barreiras tarifárias e não-tarifárias para os intercâmbios internacionais,
- apoiar reformas das políticas comerciais e locais para que os setores produtivos consigam uma maior orientação ao mercado, e
- restringir o uso dos subsídios e as salvaguardas (que permitem que os países detenham as importações se uma indústria está em perigo).

Nos últimos tempos, sumou a estas propostas iniciais outras medidas relacionadas com o Investimento (TRIMS), com o Comércio e os Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS) e com o Comércio de Serviços (GATS).

Estes últimos acordos fazem que esses temas passem a ser tratados e legislados em foros globais, e dessa maneira os Estados nacionais vão perdendo a liberdade para implementar suas próprias diretivas.

A preocupação pelas conseqüências da ALCA tem causas concretas.

As possibilidades de se inserir internacionalmente num sistema de livre comércio são muito diferentes para cada um dos países que vão entrar no Acordo e dependem de diferentes fatores, como por exemplo:

- o tipo de atividades produtivas;
- o desenvolvimento tecnológico e a existência de setores industriais;
- a experiência previa que tenha o empresariado local para comerciar com o exterior;
- a penetração do capital estrangeiro;
- o acesso ao crédito a taxas razoáveis para impulsar o desenvolvimento produtivo;
- as possibilidades que tenha o Estado de intervir na economia.

Por estes motivos é bom deter-se e fazer várias perguntas:



Quais conseqüências terá a ALCA na economia nacional do meu país?
E na economia da região onde a minha família e eu moramos?
Por qué é importante entender essas conseqüências?
Por qué não foram mais difundidos os alcances desses acordos?
Qué podemos fazer cada um de nós para informarnos mais e poder participar?

OBJETIVOS: QUÉ PRETENDEM OS PAÍSES DESTA ACORDO?

Para os Estados Unidos a relação com a América Latina tem muita importância na sua estratégia internacional. Tem sido uma região chave para consolidar seu poder no terreno econômico pois é um destino importante para seus produtos e inverções.

Por exemplo, entre 1990 e 1994, as exportações dos Estados Unidos à região se incrementaram um 79% e as importações um 38%. América Latina comprou em 1994 88.000 milhões de dólares em mercadorias procedentes dos Estados Unidos em comparação com 49.000 milhões em 1990. A região representou o 15% do total das exportações mundiais desse país.

Isso faz que também intervenha política e militarmente na região quando vé que seus interesses perigam.

Si a ALCA se consolidar, os Estados Unidos passaríam a ter uma clara liderança no continente, ainda maior da que tem agora. Isso os colocaría numa posição de poder importantíssima para a negociação com os outros blocos comerciais, em especial com a União Européia (UE).

Da mesma maneira, América Latina tem se convertido para a UE num polo de atração para estabelecer relações comerciais. Os interesses das duas regiões parecem convergentes: en tanto América Latina aspira a diversificar seus mercados e suas fontes de provisão de capitais e tecnologia, Europa pretende consolidar e melhorar sua posição comercial e tecnológica na região.

Por isso, para os Estados Unidos torna-se urgente deslocar esta potencial concorrência. Daí o seu interesse em acelerar as negociações da ALCA.

Para os países latinoamericanos a ALCA é uma possibilidade de captar mais investimentos estrangeiros e de colocar seus produtos em novos mercados. Esperam superar a má experiência que tem tido na OMC, onde seus planteamentos têm sido constantemente ignorados.

Porém, trata-se de um processo pelo qual não todos os países estão completamente dispostos a transitar e menos ainda baixo a tutela dos Estados Unidos.

No Chile, durante a II Cumbre das Américas em 1998 confrontaram dois modelos de abertura continental:

- por um lado, a proposta original dos Estados Unidos, que procuram cada vez maior liberdade econômica e comercial na região de modo uniforme até consolidar um único bloco continental.

- pelo outro, se encontra o MERCOSUL, com Brasil na frente, que impulsiona o "regionalismo aberto" para aprofundar e fortalecer os processos integradores em curso, como passo prévio a um acordo hemisférico.

E aliás é muito importante lembrar que:



Cada país tem os seus representantes nacionais na ALCA que levam adiante uma estratégia de negociação oficial... Mas, também deveriam participar das negociações representantes da Sociedade Civil.

Dentro de cada país, há grupos com idéias diferentes às dos seus representantes nacionais: grupos de mulheres, organizações de base, de trabalhadores e trabalhadoras...

Esses grupos estão se comunicando e organizando para resistir a proposta da ALCA na sua totalidade, ou bem para participar com força das negociações propondo alternativas.



GRUPOS DE AÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE A ALCA

Primeiro reflexione acerca das seguintes perguntas:

¿O que sabe sobre a posição e a maneira em que participam deste processo as principais organizações sociais do seu país? O que acha?

Sente que existe mobilização em torno aos temas que temos discutido?

Tem suficiente informação? A sociedade civil conta com elementos como para definir a posição dos governos em relação ao progresso do projeto?

Não há dados ou não há estratégias?

Sente que sua voz é escutada? Sente que existe um espaço para influenciar nas decisões dos Governos? Esses espaços existem ou estão em construção?

Incluimos a continuação uma lista de grupos e sites de internet para que possa se conectar, obter informação, discutir e organizar ações conjuntas.

<http://www.generoycomercio.org> Rede Internacional de Gênero e Comércio (RIGC)

<http://www.asc-hsa.org> Aliança Social Continental (ASC)

<http://www.rebrip.org.br> Rede Brasileira para a integração dos povos.

<http://www.comerciojusto.terra.cl> Aliança Chilena por um Comércio Justo e Responsável

3

3. Relações entre homens e mulheres nas Américas... qué tem a ver a ALCA?

DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES...

E POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS PARA AS MULHERES SI SE CONCRETA A ALCA

Como já temos visto, o processo de globalização, integração econômica e livre comércio está transformando profundamente as vidas de muitos homens e mulheres nas Américas e o continuará fazendo cada vez mais. Todos os aspectos que devem incorporar-se nos acordos comerciais influem na condição específica de mulheres e homens: os direitos humanos, as migrações, os aspectos laborais e sindicais. Considerar essas questões desde esta perspectiva fará possível a igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

Existem diferenças na **forma** em que as mudanças econômicas e comerciais afetam a homens e mulheres. Isso assim acontece pelos distintos lugares que cada um tem nas relações familiares, de trabalho, sociais e políticas. Em promédio às mulheres cobram menos salario que os homens pelo mesmo tipo de trabalho; elas têm maiores dificuldades para o acesso a cargos políticos o de condução; têm menos possibilidades de acesso à trabalhos qualificados... Vamos ver alguns dados para confirmação:

A SITUAÇÃO DAS MULHERES EM AMÉRICA LATINA



- Quase uma quarta parte das mulheres salarizadas em América Latina (23%) ganha menos de um salário mínimo, uma proporção muito superior que para o caso dos homens (11%).
- Segundo dados da CEPAL, para 1999 as remunerações das mulheres em Lationamérica oscilavam entre um 54 e um 73% respeito às dos homens.
- Nas últimas décadas tem havido com um crescimento acelerado da participação das mulheres na atividade econômica; porém, essa incorporação é desigual: as mulheres estão sobrer-representadas em empresas de baixa produtividade e sub-representadas nas de média e alta.
- As taxas de desemprego também impactam em maior medida nas mulheres.
- O trabalho realizado pelas mulheres é de dois tipos: não remunerado –relacionado com a reprodução social e biológica, que não se valora economicamente– e remunerado, é dizer, para o mercado.

Os acordos comerciais deveriam começar a internalizar o valor do trabalho não remunerado das mulheres, e reconhecer o valor deste trabalho como parte fundamental do manutenção da economia.

- A reprodução social refere-se a tudo o que faz ao cuidado e desenvolvimento das pessoas e suas capacidades de trabalho.

Mesmo sem ser pagas, essas tarefas são cruciais para a qualidade de vida e têm valor econômico na medida em que os produtos e serviços que se brindam no lar têm um preço no mercado.



Muitas mulheres em toda América Latina se opõem a ALCA prevendo estas consequências, e propõem caminhos alternativos onde os homens e as mulheres tenham consciência e tentem solucionar as diferenças injustas, em lugar de deixar-se levar pelos acontecimentos tal como vão se impondo...



Um exemplo das diferenças que existem, é que praticamente não há mulheres entre aqueles que formulam políticas financeiras, monetárias, comerciais e econômicas.

Tampouco há mulheres entre aqueles que definem os sistemas impositivos e os regimes salariais nem entre aqueles negociam e tomam decisões nos tratados de integração como a ALCA. Por isso entre outras coisas, nesses tratados não se toma em conta, na distribuição entre as mulheres e os homens, o trabalho remunerado e o não remunerado.

O análise destas diferenças, pode melhorar as possibilidades de cooperação entre homens e mulheres...

O abandono do Estado dos serviços sociais tende a debilitar sistemas como os de saúde, educação e segurança social. Isso é provocado por varios processos simultâneos:

- a pressão exercida pelas empresas para privatizar esses serviços, com um aumento do seu custo e a destruição da medicina social e dos sistemas cooperativos;
- a menor recaudação impositiva como consequência da desregulação, diminui o volume de recursos com que conta o estado para pagar os serviços públicos;
- a necessidade de aumentar os orçamentos sociais para atender o incremento da desocupação e da pobreza gerados pela destruição de lugares de trabalho



derivados do impacto das novas tecnologias ou do fechamento de empresas que não podem competir com monopólios e grandes capitais estrangeiros.

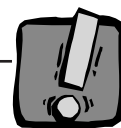
Ao debilitar-se os serviços de educação, saúde e segurança social, as más afectadas são as mulheres, pois vem-se sobrecarregadas com o cuidado das crianças, os doentes e os idosos.

QUE PROPÕEM AS MULHERES

As organizações de mulheres e organizações sociais da região têm reclamado:

- que se adotem e se observem normas internacionais para resguardar os direitos dos e das trabalhadoras, entre elas: abolição do trabalho forçado, livre associação, negociação coletiva, atividade sindical, eleição de representantes sindicais sem a intervenção de empregadores ou do governo, direito à greve, igualdade de remuneração entre homens e mulheres por um trabalho de igual valor, prevenção de discriminação no emprego e prevenção do trabalho infantil.
- que sejam reconhecidos os múltiplos roles econômicos, sociais e culturais das mulheres na atividade remunerada e não remunerada.
- que se incorporem mulheres e em geral organizações representativas da sociedade civil nos espaços de negociação e nas delegações comerciais, para garantir seus pontos de vista.
- que se desenvolva um grupo de trabalho na ALCA que conte com informação e recursos para examinar de que maneira os acordos irão afetar mulheres e homens, o desenvolvimento social e os direitos humanos, e para difundir seus resultados.
- que se estabeleçam políticas e programas para permitir que o cuidado da família seja acessível e seguro para os pais e mães que trabalham fora do lar.
- que se desenvolvam e reforcem políticas e regulamentações que garantam os direitos civis, trabalhistas, reprodutivos, sexuais e humanos de mulheres e homens.

Em síntese: as políticas macroeconômicas e comerciais devem respeitar os direitos econômicos, sociais, políticos, civis e culturais em geral, incluindo os direitos das mulheres, com o propósito de incrementar os serviços básicos, remover os obstáculos para a participação das mulheres, eliminar todas as formas de violência contra a mulher, assegurar as liberdades econômicas e as responsabilidades compartilhadas nos lares.



A Declaração da Rede Internacional de Gênero e Comércio aos Ministros de Economia das Américas na 6ta. Reunião Ministerial de Comércio –Buenos Aires, Abril de 2001– diz:

"Os acordos comerciais não devem substituir as normas internacionais, os convênios e os acordos que muitos países têm assinado, tais como a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Toda Forma de Discriminação Contra as Mulheres, a Plataforma de Ação de Beijing e a Declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Se existe um conflito entre a linguagem do comércio e dos tratados internacionais, devem prevalecer os convênios internacionais."

4

4. Que fazer com a ALCA: o Mercosul, as cúpulas alternativas e outras perspectivas

ENTÃO, SI A ALCA NÃO BENEFCIA A TODOS E TODAS, QUAIS SÃO AS ALTERNATIVAS?

A realidade estabelece que todos os países precisam se inserir no processo de globalização tentando obter vantagens para não ficar à margem. Porém, é urgente reduzir as conseqüências negativas da globalização e propor alternativas que permitam crescer com equidade.

AS CÚPULAS ALTERNATIVAS

A Sociedade Civil tem se mobilizado fazendo exigências a ALCA. Um documento elaborado durante a Cúpula dos Povos, organizada em forma paralela a reunião de presidentes no Chile, em 1988, coloca as condições que deveria cumprir um acordo de integração econômica de América:



PROPOSTA DA CÚPULA DOS POVOS EM RESPOSTA À DECLARAÇÃO DE SANTIAGO E SEU PLANO DE AÇÃO

- A ALCA não deve afetar os projetos nacionais em curso.
- Deve ser desalentado o investimento especulativo e fomentado o investimento produtivo, ao igual que o livre fluxo de capitais.
- Os interesses corporativos não devem limitar a soberania econômica dos países da região.
- O processo de integração continental deve incidir no melhoramento dos níveis de vida da população. "Não deve permitir-se que os países do Sul sejam promovidos em base a seus baixos salários, a baixa proteção social e ambiental ou a precariedade das relações de trabalho".
- Os governos devem preservar os esforços locais, em especial nas comunidades rurais onde existam atividades econômicas sustentáveis.
- A integração deve estabelecer limites sociais e ambientais ao crescimento econômico.
- As medidas integradoras devem reduzir as desigualdades dentro e entre os países, assim como entre sexos e raças.

A definição de um projeto de alcance americano dependerá do que aconteça **dentro** de cada um dos países e **entre os grupos de países** que já têm acordos... Claramente, numa região onde os níveis de desenvolvimento iniciais são imensamente desiguais, esses objetivos não podem ser enfrentados do mesmo modo por todos os países envolvidos.

○ MERCOSUL COMO MODELO DE INTEGRAÇÃO ALTERNATIVO

A atitude dos governos latino-americanos frente a ALCA varia segundo o volume do comércio com os Estados Unidos e o grau de proteção existente em cada uma das economias. Em um extremo está o México – que avançou rapidamente para a integração com a América do Norte – e o Chile, primeiro país sul-americano em solicitar sua inclusão no TLCAN e que acaba de assinar um acordo bilateral com os Estados Unidos. Em contraposição, o MERCOSUL que adotou uma atitude de espera, utiliza a cooperação na sub-região como um instrumento de negociação perante Washington, e a ALCA como uma opção secundária.



NÍVEIS DE INTERCÂMBIO E DEPENDÊNCIA COMERCIAL COM OS EE.UU..

Proporção das exportações destinadas aos Estados Unidos em relação ao total de exportações

México, Haiti e Honduras:

Mais do 50%

Costa Rica, Venezuela, Colômbia e a maioria dos membros do Mercado Comum Centro-americano e a Comunidade do Caribe:

Entre o 25 e o 50%

Países do MERCOSUL, Chile, Panamá e Peru:

Menos do 25%

Os países do MERCOSUL têm a União Européia como seu sócio comercial mais importante, seguida pelos Estados Unidos no caso do Brasil e num terceiro lugar nos casos de Argentina, Paraguai e Uruguai. O comércio entre os sócios da região tem ocupado o segundo lugar e inclusive, nos últimos anos, tem deslocado a Europa. Por tanto, o MERCOSUL é o bloco regional menos dependente da ALCA. Argentina e Brasil diversificaram seu comércio exterior e reduziram o intercâmbio com os Estados Unidos. Em 1990, destinavam respectivamente 13.8% e 24.6% das suas vendas totais aos EE.UU. Em 1997 desceram ao 7.8% e 17.5%.

Para a economia brasileira, a integração com os Estados Unidos significa altos riscos, em particular para a indústria e o comércio de maquinarias, química e informática. O setor agrícola do MERCOSUL se veria muito afetado, pois teria que competir com produtos de preços baixos, graças aos subsídios do governo estadunidense a sua própria produção. Rubros como o suco de laranja, têxteis e açúcar se veriam muito afetados. Também o setor de serviços brasileiro seria deslocado pela ALCA. Incluso México, não está disposto a impulsar o projeto: conta com seu próprio acordo com Canadá e EE.UU. e não quer mais competidores.

Se fossem eliminadas com a ALCA as tarifas dos Estados Unidos, o comércio do MERCOSUL aumentaria um 13%. Porém, mais de 45% das exportações dos EE.UU. se beneficiaria

ao ser removidas as barreiras tarifárias e não- tarifárias na América Latina. Em tal caso, os países sul-americanos deverão deslocar a seus fornecedores da União Européia, o que levaria à realização de custosos ajustes tecnológicos. Aliás, é provável que Europa responda impondo sanções comerciais.

Estas situações têm provocado cautela por parte dos países do MERCOSUL. Na história da ALCA encontramos a seguinte posição: em 1997 os delegados do MERCOSUL insistiram na necessidade de avançar gradualmente com a ALCA; defenderam a preservação e consolidação dos grupos regionais que já estavam se consolidando no continente e pediram tempo para suavizar os profundos desequilíbrios nos setores industriais e de serviços entre os Estados Unidos, Canadá e América Latina. Os Estados Unidos tiveram a necessidade de derrubar as barreiras não - tarifárias, antes inclusive que a eliminação das barreiras tarifárias. Os Estados Unidos finalmente aceitaram discutir todos os aspectos em conjunto. No caso particular das negociações agrícolas, o MERCOSUL propôs a eliminação dos subsídios às exportações entre países do continente, entre outras coisas.

Em 1998 os Estados Unidos propuseram impulsar a ALCA a partir de acordos comerciais bilaterais. Frente a isto, o MERCOSUL propôs fortalecer os processos de integração em curso e negociar a ALCA por blocos regionais. Ao mesmo tempo insistiu em eliminar as travas de origem não tarifário como primeiro passo.

● **FAST-TRACK E AS RESISTÊNCIAS A ALCA NOS ESTADOS UNIDOS**



O Congresso dos Estados Unidos deve delegar ao Poder Executivo as decisões em matéria comercial. Isto se conhece como fast track ou "via rápida". Deste modo, o Congresso pode ratificar sem emendas os acordos internacionais que levam a mudanças na legislação interna dos Estados Unidos, como por exemplo: mudanças nas tarifas, nos subsídios agrícolas, em normas antidumping ou sanções comerciais unilaterais.

Só em agosto de 2002, depois de 4 anos, o Presidente Bush obteve do Congresso a sanção dessa Lei.

A demora tem como origem as resistências que existem também nos Estados Unidos para que as decisões comerciais fiquem só nas mãos do Poder Executivo. Os mais afetados são os assalariados de baixa qualificação cujos salários deverão competir com os baixos salários de outros países do hemisfério, o que condiciona as decisões empresariais sobre a localização das fábricas. Se fossem eliminadas as barreiras para o ingresso de mercadorias e para os investimentos supõe-se que muitas empresas começarão a migrar a outros países, com o objetivo de diminuir o custo do trabalho, gerando maior desocupação e recessão nos Estados Unidos.

● **OS ARGUMENTOS PARA NÃO FICAR FORA DA ALCA**

Mas... o que aconteceria se os países do MERCOSUL não se integrassem a ALCA?

Se a ALCA avançasse por meio de convênios bilaterais a situação seria ainda pior para o MERCOSUL. Os Estados Unidos competiriam no mercado regional

marginalizando o bloco, que perderia sócios latino-americanos, que hoje apresentam uma relação comercial em crescimento.

O mercado interno do MERCOSUL se reduziu com a crise. Não se pode alcançar a longo prazo um desenvolvimento sustentável se não ingressarmos em novos mercados. É imprescindível avançar na negociação com outros países e blocos comerciais. Enquanto se avaliam custos e benefícios, o MERCOSUL não quer adiantar os prazos de vigência da ALCA ao 2003, como estabeleceram Chile e Estados Unidos no momento. O argumento para manter a posta em vigência do ano 2005 é que nesse tempo deve-se avançar na redução das diferenças entre as economias. Se bem essas diferenças não vão ser eliminadas nem em cinco, nem em dez anos, para o MERCOSUL é importante prolongar os prazos, e aproveitar para reorganizar o bloco, envolver os parlamentos e os atores sociais no debate e na transformação, olhando em direção ao futuro cenário.

Fortalecer a posição negociadora desde o MERCOSUL e desde os outros blocos regionais é fundamental, tendo em conta a complexidade das negociações e o difícil que será conseguir um acordo equilibrado. A preparação para uma negociação conjunta servirá para consolidar e aprofundar a iniciativa regional. Para os sócios de cada bloco, e para os países latino-americanos em geral, a ALCA constitui um duplo desafio: tanto pelo que se negocia quanto porque requer uma capacidade estratégica para definir prioridades de política econômica internacional e para avaliar a relação de custo e benefício nas negociações.

BALANÇO E PERSPECTIVAS

Pelo tamanho do acordo e dos países envolvidos, a ALCA significa um complexo conjunto de riscos e oportunidades que os países devem analisar com cuidado.

A continuação incluímos uma serie de perguntas que podem servir para promover debates dentro do seu grupo.

A constituição da ALCA implica um câmbio substantivo nos acordos de integração econômica? Por que?



O acordo se baseia numa motivação histórica pela unidade?
Quais são os interesses que o mobilizam?

Si se implementa a ALCA, o que vai acontecer com a ampla rede de preferências comerciais tecida nas últimas décadas em América Latina (ALADI, MERCOSUL, etc.)? O acordo "vai competir" com os outros tratados em vigência?

Será possível gerar um acordo que contemple medidas compensatórias para promover relações menos assimétricas entre seus membros? Que tipo de normas se deveriam incluir?

Quais são os benefícios que obteriam os países latino-americanos com a ALCA? Tem idéia que setores ou rubros produtivos podem se beneficiar e quais podem se prejudicar? Quais são as principais ameaças?

Tendo em conta essas questões, os estados latino-americanos devem adquirir capacidades para negociar dentro da ALCA, de tal maneira que possam:

- identificar os interesses nacionais com respeito a setores, bens e serviços, definindo os instrumentos e as medidas de política comercial mais adequadas.
- sistematizar as negociações com proposições consistentes defendendo os instrumentos de lealdade comercial internacional (medidas antidumping e direitos compensatórios).
- compatibilizar (e exigir dos outros Estados o mesmo) as preferências negociadas na ALCA com as negociadas em outros acordos de integração entre Estados parte.

Até o momento a ALCA não tem avançado o suficiente em nenhum desses aspectos. Deveriam ser incorporadas à ALCA cláusulas que permitam aos países latino-americanos o direito de harmonizar suas normas legais de mínima proteção, tanto com respeito ao meio ambiente como ao trabalho humano. Deste modo, poderia evitar-se o risco de acabar sendo impostas regras propostas pelos EE.UU. e Canadá.

A ALCA deveria ser regida pelas regras internacionais e respeitar os convênios internacionais: o Pacto de San José sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Declaração de Beijing, as convenções da agenda 21 das Nações Unidas, e particularmente a Convenção sobre o clima.

Trata-se de melhorar a vida das pessoas no marco de uma globalização equitativa ou de fazer os países latino-americanos mais rentáveis ao mercado externo e as empresas transnacionais?

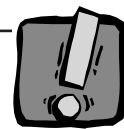


Será essa a forma em que se possa avançar na direção da "globalização dos direitos" obrigando ao cumprimento dos princípios do direito internacional, consagrados em pactos assinados pelos Estados, ou a dimensão internacional abrangerá somente as regras da Organização Mundial de Comércio?

A negociação e adoção de posturas firmes é tal vez o maior desafio, porque envolve coordenações e consensos entre os países latino-americanos.

A ALCA está em processo e a participação cidadã pressionando para democratizar as negociações é a única garantia de que elas levem a um caminho para o desenvolvimento humano sustentável.

Nossa perspectiva de análise teve em comum o princípio de equidade social e de gênero, como base para caminhar a esse desenvolvimento sustentável. Nosso trabalho poderia sintetizar-se em três princípios reitores:



- O comércio deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento, e não um fim em si mesmo. Deve alentar o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da cidadania, particularmente das e dos mais pobres.
- Os acordos comerciais devem contribuir à igualdade de gênero.
- Os acordos comerciais devem ser negociados de maneira democrática, aberta e transparente.

GLOSÁRIO

Antidumping: conjunto de regras para impedir a concorrência desleal das empresas que vendem produtos a preços mais baixos que o custo que têm para produzi-los.

Barreiras tarifárias: imposto às importações, que pode ser uma porcentagem do valor do bem ou uma tarifa fixa.

Tarifa Externa Comum: tarifas da alfândega que adotam um conjunto de países para gravar as importações de bens e serviços originados em outros países.

Balança comercial: diferença entre as exportações e as importações de bens e serviços que realiza um país durante o transcurso de um exercício econômico.

Barreiras não tarifárias: são normas técnicas [ver] que impõe cada governo para permitir a comercialização de produtos no seu país.

Competitividade: é a capacidade de aumentar (ou sustentar) a participação econômica nos mercados internacionais, melhorando ao mesmo tempo o nível de vida da população. Nas empresas, trata-se de obter padrões de eficiência vigentes no resto do mundo em quanto ao uso de recursos e qualidade do oferecido, ao mesmo ou menor preço.

Déficit (de Balança Comercial): se produz quando as importações de bens e serviços de um país supera o montante total de exportações realizadas no mesmo período.

Desenvolvimento (sustentável): processo pelo qual é possível dar satisfação às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações para dar

satisfação a suas próprias necessidades. Se alude não só as necessidades econômicas, quanto a todas as que possibilitem aos indivíduos ampliar sua capacidade humana em forma plena e dar a essa capacidade o melhor uso em todos os terrenos, seja econômico, cultural ou político.

Desemprego: situação das pessoas em idade de trabalhar que, querendo fazê-lo, não conseguem emprego. Compreende àqueles que perderam seu posto de trabalho, estejam ou não no Seguro Desemprego, e aqueles que procuram trabalho pela primeira vez.

Desvalorização: Diminuição do valor de uma moeda com relação às outras, induzida por mecanismos de mercado ou por decisões de um governo.

Equidade: Igualdade de oportunidades. Justa distribuição do ingresso de modo que respeite a contribuição dos agentes econômicos ao processo produtivo.

Medidas técnicas: São disposições sanitárias, fito- sanitárias, sobre embalagens e marcas, proteção ambiental, registros, etc. Cada país tem direito a criar regulações segundo suas políticas ambientais, de segurança ou de saúde.

Gênero: Alude à construção social de "ser" mulher e homem e dos diferentes lugares designados a cada um em função do seu sexo biológico. Envolve os lugares e as condutas aprendidos e em conseqüência, modificáveis através do tempo e com amplas variações ao interior e entre culturas.

Globalização: Integração dos processos econômicos, políticos e sociais a nível mundial. O processo de transformações na ciência e na tecnologia, o comércio, as finanças e o investimento

determinaram uma interconexão das economias a escala mundial, nunca imaginada.

Industrialização por substituição de importações (ISI): Esquema de crescimento econômico que, através duma política comercial protecionista e sistemas de controle de tipos de "câmbio" múltiplos, orienta a troca dos produtos importados por bens produzidos a nível nacional.

Inversão Estrangeira Direta (IED): Fluxos internacionais de capital pelos que uma empresa de um país cria ou amplía uma filial em outro.

Liberalização: Processo pelo qual a política econômica se orienta a reduzir a intervenção do Estado na economia, apostando nos mecanismos de mercado como reguladores das relações entre os agentes econômicos.

Mercado: Âmbito em que os vendedores e compradores de bens e serviços se encontram para realizar intercâmbios, sendo definidos, nesse processo, o preço e as quantidades negociadas.

Plataforma de Ação de Beijing: Documento originado na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher que se desenvolveu em Beijing (China), em 1995.

Política econômica: Instrumentos pelos quais o Governo influencia sobre a atividade econômica (medidas fiscais, monetárias, comerciais, trabalhistas, etc.).

Produto Interno Bruto (PIB): Valor do conjunto de bens e serviços finais produzidos num país durante um ano.

Rodada Uruguai: Última rodada de negociação do GATT (1986) onde se discutiu a necessidade de chegar a um "desajuste" dos intercâmbios comerciais internacionais no setor agrícola e de serviços, incorporando-os ao sistema tarifário.

Salvaguarda: Disposição que pode se incorporar em um acordo comercial, que permite a um país signatário suspender as concessões dadas quando o aumento das importações causa ou pode causar danos graves aos produtores nacionais do mesmo tipo de produtos.

Subsídios diretos: pagamentos realizados aos produtores nacionais que vendem ao estrangeiro.

Subsídios indiretos: é a devolução das tarifas dos insumos importados, condicionada a certas metas de exportação, produção ou emprego que constituem incentivos à exportação. Em ambos os tipos de subsídios, o objetivo é melhorar os preços de venda e a colocação.

Superávit (da Balança Comercial): Se produz quando as exportações de bens e serviços de um país superam as importações realizadas durante o mesmo período.

Tarifa: Impostos ou direitos que pagam as mercadorias quando são importadas ou exportadas, ou passam por uma alfândega.

Trato nacional: Trato nacional. Implica a exigência de não discriminar contra os bens importados, uma vez que tenham ultrapassado as fronteiras, outorgando as mesmas facilidades aos produtos e investimentos estrangeiros que aos nacionais.

SIGLAS

ALALC: Acordo Latinoamericano de Livre Comércio

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

ALADI: Associação Latinoamericana de Integração

CEE: Comunidade Econômica Europeia

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATS: General Agreement on Trade and Services (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços)

GATT: General Agreement on Trade and Tariffs (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas)

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização Não Governamental

RIGC: Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN: International Gender and Trade Network)

TEC: Tarifa Externa Comum

TLCAN: Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA: North-American Free Trade Agreement)

TM80: Tratado de Montevideo de 1980.

TRIMS: Trade-related Investment Measures (Medidas relativas ao comércio e a inversão)

TRIPS: Trade-related Intellectual Property Rights (Acordos sobre Comércio e Direitos de Propriedade Intelectual)

UNCTAD: United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).



● comércio internacional tem alcançado um papel predominante no destino de nossos povos y países. Achamos que a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas e práticas comerciais é um elemento essencial para sua democratização.

▲ Rede Internacional de Genêro e Comercio (RIGC), que agrupa pessoas e instituições no âmbito internacional, trabalha com o propósito de contribuir para que o comercio mundial seja justo e equitativo, favorecendo assim o desenvolvimento armonioso e sustentável.

www.generoycomercio.org
enlace@generoycomercio.org